

HABEAS CORPUS Nº 515.514 - SP (2019/0168402-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : REGINALDO COUTINHO DE MENESES
ADVOGADO : REGINALDO COUTINHO DE MENESES - SP358465
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : F M

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de F M, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que *"A prisão preventiva foi decretada desde 06.06.2018 (fls. 110-113), ou seja, a mais de 11 (onze) meses, sem que tenha sido encerrada a instrução processual, fugindo os limites da razoabilidade e não havendo a defesa concorrido a tanto, o excesso de prazo que deve ser entendido como constrangimento ilegal, impondo-se a imediata revogação do decreto nreventivo. consoante nrprpitn constitucional (art. LXVIII' (fl. 10).*

Aduz, para tanto, que *"Como asseverado em linhas anteriores, o processo em debate não apresenta qualquer complexidade, havendo tão-somente um único acusado e, mais, cujo o assunto não importa dificuldades (estelionato simples). Não cabe ao Paciente responder pelas eventuais deficiências da máquina judiciária" (fl. 14).*

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada a prisão decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **questio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento

heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (Súmula nº 691/STF).

Na hipótese, o writ impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

"[...]

Indefiro a liminar pleiteada.

Os fatos trazidos à colação não permitem constatar, de pronto, a presença dos pressupostos para a concessão liminar da medida, que é excepcional, destinada a casos em que a ilegalidade se mostra patente, verificável em simples leitura das razões e documentos apresentados.

Observe-se que, ao que se extrai, a persecução penal teve início através de portaria e, segundo consta da decisão combatida (fls. 17/18), decretada a prisão preventiva, até o momento não há notícia de cumprimento do mandado correspondente" (fl. 28).

In casu, portanto, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.^a Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** nº 392.348/RO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC** nº 392.249/PR, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC** nº 392.316/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC** nº 391.936/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HC** nº 392.187/SP, **Sexta**

Turma, Rel^a. Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

